



MINISTÉRIO DAS CIDADES

Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano
Coordenação-Geral de Gestão Integrada

PLANO DE TRABALHO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA FIOCRUZ Nº 969900/ 2024

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

1. Unidade Descentralizadora e Responsável:

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano do Ministério das Cidades - SNDUM/MCidades

Nome da autoridade competente: Carlos Roberto Queiroz Tomé Junior

Número do CPF: XXX.856.628-XX

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Departamento de Estruturação do Desenvolvimento Urbano e Metropolitano

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portaria MCID Nº 534, de 15 de maio de 2023 (SEI 5420479).

2. UG SIAFI:

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano – UG 560008

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano – UG 560008

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

2.1. Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Nome da autoridade competente: Mário Santos Moreira

Número do CPF: XXX.386.357-XX

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portaria de Nomeação 2.277, D.O.U. de 13 de abril de 2023, Seção 2(SEI 5461837)

2.2. UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: UG 254420 - Fundação Oswaldo Cruz - Gestão 25201

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: UG 254420 - Fundação Oswaldo Cruz

3. OBJETO:

Fortalecer as estratégias nacionais de planejamento e intervenções urbanas integradas voltados para a redução de risco de desastres a partir do aprimoramento e desenvolvimento de metodologias para o desenvolvimento de planos urbanos integrados para a ampliação da resiliência urbana.

O presente Termo Aditivo tem por finalidade a inclusão da Etapa 1.3 – Manutenção, Atualização e Integração da Plataforma ReDUS, contemplando: revisão do modelo de governança; integração de novas iniciativas; operação e suporte às redes; manutenção tecnológica contínua; e melhorias no sistema de presença e de gestão de dados.

No sentido de viabilizar a expansão do escopo ser faz necessário a suplementação do valor de **R\$ 532.127,53 (quinhentos e trinta e dois mil, cento e vinte e sete reais e cinquenta e três centavos)**.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

4.1. META 1 – ESTRUTURAR DE GOVERNANÇA DO PROJETO

A Meta 1 deste contrato estabelece as diretrizes e ações iniciais para a construção de uma estrutura de governança robusta e participativa, essencial para o sucesso do projeto. A governança é um elemento fundamental que garante a eficácia e a transparência nas atividades a serem desenvolvidas, promovendo a colaboração entre as partes interessadas e assegurando que os objetivos do projeto sejam alcançados de forma inclusiva e sustentável.

Para garantir que todos os stakeholders sejam ouvidos e envolvidos desde o início, será realizada uma oficina de lançamento. Esta oficina terá como objetivo apresentar o projeto, discutir suas metas e coletar contribuições valiosas dos participantes, promovendo um ambiente colaborativo e democrático. Além disso, a formação de equipes dedicadas e bem estruturadas é crucial para a execução das atividades planejadas. As equipes serão constituídas com base nas competências necessárias e serão mantidas ao longo do projeto, garantindo continuidade e eficácia nas ações. Outro aspecto estratégico é a identificação e seleção dos municípios pilotos, que permitirá a implementação das ações em contextos específicos. Esses municípios serão escolhidos com base em critérios definidos previamente, assegurando que sua participação traga resultados significativos e replicáveis.

Com este objetivo, a **META 1** deverá desenvolver as seguintes etapas:

4.1.1. Etapa 1.1 - Estruturação da governança.

Nesta etapa devem ser implementadas ações para:

- . contratação e designação das equipes técnicas e de suporte administrativo do projeto;
- . seleção dos municípios pilotos no qual serão desenvolvidos os projetos piloto; e
- . elaboração e pactuação do modelo de governança do projeto.

O modelo de governança deve, obrigatoriamente, envolver no mínimo três níveis de articulação e pactuação: i) Nível de gestão – formado por gestores e representantes do Ministério das Cidades da FioCruz; ii) Nível Técnico-formado por técnicos do Ministério, da FioCruz, da equipe de consultores, e por técnicos e representantes dos governos municipais das cidades piloto; e iii) Nível de Acompanhamento e orientação – formada por representantes de IES, da Sociedade Civil e por parceiros do Ministério das Cidades.

O desenvolvimento das etapas da Meta 1 deverá atentar para a necessidade de estruturação de um processo sistemático de seleção de municípios piloto, para isso deverá observar:

i) Seleção de Municípios Pilotos:

- . deverão ser selecionados 6 municípios que apresentem histórico de ocorrências de desastres hidrológicos, como enchentes, enxurradas, inundações, entre outros;
- . deve-se garantir a representatividade da diversidade territorial urbana (abrangendo várias tipologias de uso e ocupação do solo urbano), além de garantir a diversidade socioterritorial do Brasil;
- . estabelecer critérios de seleção que considerem a disponibilidade de dados, a capacidade institucional dos municípios e o interesse e compromisso político em participar do projeto piloto; e
- . os municípios escolhidos deverão apresentar termos de compromisso pelos prefeitos municipais, a serem assinados no evento de lançamento do projeto.

4.1.2. Etapa 1.2 - Oficina de Lançamento do Projeto.

A oficina de lançamento dos trabalhos deve ser planejada para garantir que todas as partes interessadas estejam alinhadas e preparadas para colaborar efetivamente. Com base no conteúdo do TED, minimamente, os seguintes elementos devem ser considerados:

- **Alinhar Expectativas:** Discutir os objetivos do projeto, expectativas e resultados esperados.
- **Apresentar Metodologia:** Explicar as abordagens e metodologias que serão utilizadas, como a revisão bibliográfica e o mapeamento de conceitos, entre outros
- **Definir Papéis e Responsabilidades:** Clarificar as funções de cada participante e os grupos envolvidos.

A oficina deve não apenas informar, mas também engajar os participantes, promovendo um ambiente colaborativo. A inclusão de metodologias participativas, como rodas de conversa e escuta, é essencial para garantir que as vozes dos stakeholders sejam ouvidas e consideradas nas etapas subsequentes do projeto.

A oficina de lançamento deverá incluir representantes da Fiocruz, do Ministério das Cidades, das prefeituras selecionadas, da equipe contratada e dos membros do Grupo de Trabalho de Acompanhamento – GTA.

Nesta oficina deverá ser ratificado o plano de gestão do projeto, incluindo papéis e cronogramas de atividades.

4.1.3 - Etapa 1.3 - Manutenção, atualização e integração da Plataforma REDUS

Esta etapa visa aprimorar a capacitação, o intercâmbio de conhecimento e a gestão sistemática de práticas de desenvolvimento urbano sustentável no Brasil por meio da garantia do bom funcionamento da Rede de Desenvolvimento Urbano Sustentável (ReDUS).

A Plataforma REDUS constituirá um instrumento estratégico central do projeto, garantindo a sistematização, o monitoramento contínuo e a ampla disseminação de informações e resultados, assegurando a sustentabilidade técnica, institucional e operacional de todas as ações implementadas e proporcionando apoio efetivo à replicabilidade e à expansão de metodologias e práticas de planejamento urbano integrado e de redução de riscos, consolidando experiências exitosas e promovendo a disseminação de boas práticas em diferentes contextos urbanos.

Para consecução da Etapa 1.3 serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- **Modelo operacional e de governança da ReDUS revisado**, assegurada sua manutenção e operacionalidade: assegurar a funcionalidade e atualização contínua da ReDUS para suportar maior escala de operação e uma diversidade crescente de membros e parceiros. O aprimoramento visa otimizar a tomada de decisões, clarificar papéis e responsabilidades e fortalecer a base institucional da rede para o futuro. Este produto entregará um modelo de governança capaz de responder aos desafios de uma rede em crescimento, formalizando procedimentos para garantir sua agilidade, legitimidade e sustentabilidade em longo prazo;
- **Mapeamento e engajamento de novas iniciativas brasileiras de desenvolvimento urbano sustentável**, com documentação detalhada e participação efetiva: diversificar a base de conhecimento e a representatividade da ReDUS, preenchendo possíveis lacunas temáticas ou regionais. Ao engajar novas iniciativas a rede se enriquece com novas práticas e valida a eficácia de suas ferramentas colaborativas com um leque mais amplo de usuários.
Este produto compreenderá um processo proativo de identificação e integração de, no mínimo, cinco novas iniciativas relevantes ao ecossistema da ReDUS. O foco é trazê-las para dentro da rede e garantir que utilizem ativamente a plataforma digital e seus recursos para colaborar em projetos, discussões e grupos de trabalho, contribuindo ainda para a validação, interlocução e fomento das metodologias aplicadas nos seis municípios pilotos, garantindo que as experiências compartilhadas na rede possam ser replicadas e adaptadas localmente;
- **Operação, suporte e engajamento da rede:** tem como objetivo garantir a operacionalização da plataforma em todas as frentes necessárias, incluindo suporte, formação de redes e tecnologia. As principais atividades compreendem o suporte às iniciativas parceiras, por meio de atendimento via e-mail e outros canais digitais, reuniões de acompanhamento e apoio; o monitoramento ativo do uso da plataforma pelas iniciativas parceiras; e o contato contínuo com essas iniciativas para acompanhamento periódico das atividades desenvolvidas, identificação de necessidades e oportunidades de conexão;

- **Assegurar tecnicamente o funcionamento da plataforma:** garantir o funcionamento adequado da plataforma tecnológica, priorizando estabilidade, segurança e correção de mal funcionamento. As principais atividades incluem a manutenção técnica contínua da plataforma para assegurar segurança e estabilidade e prevenir incidentes como indisponibilidade ou a lentidão; a atuação corretiva para resolução de incidentes no menor tempo possível; o monitoramento, identificação e correção de bugs; e a atualização contínua das versões de software utilizadas pela plataforma;
- **Implementação de melhorias no sistema de presença,** com coleta e exportação de dados adicionais de participantes. Serão desenvolvidas funcionalidades que otimizem os campos de coleta de dados no sistema de lista de presença, bem como a exportação dessas informações na área administrativa da plataforma, garantindo melhor visualização e controle pela coordenação. Essas melhorias visam aumentar a eficiência da gestão de eventos e atividades da rede, fortalecer o acompanhamento da participação dos usuários e fornecer dados confiáveis para suporte à tomada de decisão e avaliação das ações implementadas.

META 2 – DESENVOLVER E APRIMORAR AS METODOLOGIAS DE PLANEJAMENTO E INTERVENÇÕES URBANAS INTEGRADAS VOLTADOS PARA REDUÇÃO DE RISCOS

A META 2 tem como objetivo principal desenvolver metodologias inovadoras e eficazes em Desenvolvimento Urbano Integrado (DUI), que envolve o planejamento de intervenções urbanas integradas e planos urbanos locais (escala do bairro ou de perímetros urbanos específicos), para a redução de riscos de desastres, considerando os avanços técnicos já produzidos pelo Ministério das Cidades (Projeto GIDES) e pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei federal 12.608/2011).

Este trabalho será elaborado em estreita interação com entidades atuantes no campo do planejamento urbano, dentre as quais se destaca a Rede Brasileira de Institutos de Planejamento (InRede), Instituições de Ensino Superior (IES), com a participação ativa da sociedade civil, visando integrar conhecimentos e práticas para fortalecer a resiliência das comunidades urbanas diante dos desafios das mudanças climáticas e dos desastres naturais.

O trabalho deverá refletir e aplicar nos projetos de intervenção urbana e planejamento urbano as reflexões e orientações, se existentes:

- Das análises e mapeamentos de risco disponibilizados nacionalmente pelo Serviço Geológico do Brasil (Cartas de suscetibilidade, cartas geotécnicas, mapas de perigo e mapas de risco, entre outros);
- Dos planos municipais de redução de risco - PMRR;
- Dos planos de contingência, em especial no que tange às definições de rotas de fuga e locais de encontro;
- Das estratégias de monitoramento e alerta

Com este objetivo, a **META 2** deverá desenvolver as seguintes etapas:

4.2. Etapa 2.1 - Revisão teórica e metodológica da temática do planejamento urbano voltado para redução de risco

A **Etapa 2.1** consiste em um estudo aprofundado e abrangente da literatura e das práticas relacionadas ao planejamento urbano com foco na redução de riscos de desastres naturais e antrópicos diante de fenômenos hidrológicos (cheias, enxurradas, inundações). O objetivo é fornecer um panorama atualizado e crítico do estado da arte nessa área, identificando as principais teorias, conceitos, abordagens, ferramentas e experiências relevantes para o contexto brasileiro.

Para consecução desta **Etapa 2.1**, minimamente, as seguintes atividades deverão ser desenvolvidas:

- **Revisão Bibliográfica:** Uma análise sistemática da literatura científica e técnica sobre planejamento urbano e redução de riscos, envolvendo uma abordagem multidisciplinar, incluindo soluções Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE), Soluções baseadas na Natureza (SbN) e Serviços Ecossistemas (SE). A revisão incluirá artigos científicos, livros, relatórios técnicos, documentos de políticas públicas e outras fontes relevantes.
- **Mapeamento de conceitos e abordagens:** Identificação e análise dos principais conceitos, teorias e abordagens utilizados no planejamento urbano para a redução de riscos, como a resiliência urbana, a gestão de riscos, a vulnerabilidade social, a adaptação às mudanças climáticas e a prevenção de desastres.

- **Análise de ferramentas e Instrumentos:** Avaliação das principais ferramentas e instrumentos utilizados para qualificação do planejamento urbano para a redução de riscos, como os planos de contingência, os mapas de risco, os sistemas de alerta precoce, as normas técnicas de construção e os códigos de obras.
- **Análise de instrumentos de análise e mapeamento de risco:** Avaliar a adequação dos produtos (mapas, cartas, etc) dos distintos instrumentos e ferramentas de análise e mapeamento de risco, em especial aqueles que tratam dos riscos geo-hidrológicos (movimentos de massa planares e rotacionais, queda de blocos, fluxo de detritos, entre outros) e hidrológicos (cheias, enxurradas, inundações, entre outros) para uso nas distintas atividades de planejamento urbano (em suas várias escalas de atuação). Orientações de uso de cartografia de risco para o planejamento urbano.
- **Recomendações para o contexto brasileiro:** Elaboração de recomendações para a aplicação dos conhecimentos e práticas identificados na revisão teórica ao contexto brasileiro, considerando as particularidades do país em termos de riscos, vulnerabilidades e capacidades institucionais.

A **Etapa 2.1** deverá desenvolver também revisão e eventual aprimoramento das metodologias participativas visando garantir a efetividade e a relevância das ações propostas no âmbito do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e da Cartografia Participativa. A experiência acumulada pelo Fórum Itaboraí ao longo dos anos destaca a importância de envolver ativamente a comunidade nas etapas de planejamento, execução e avaliação das intervenções. Assim a revisão deverá avaliar as seguintes etapas:

- **Fortalecimento da Escuta Comunitária:** aprimorar o processo de mapeamento e diagnóstico implementando uma escuta comunitária mais robusta. Isso envolve a realização de oficinas e rodas de conversa que permitam aos moradores expressar suas vivências, desafios e aspirações.
- **Desenvolvimento de Taxonomia e Simbologia:** construção de uma taxonomia e legenda que reflita a realidade local é um passo crucial para a elaboração de mapas que sejam verdadeiramente representativos. **Integração de Dados e Informações:** sistematizar dados de forma clara e acessível para que a comunidade compreenda as informações coletadas e suas implicações. Aprimorar o uso de recursos visuais, como fotografias e gráficos, para facilitar a análise e discussão dos resultados, permitindo que os moradores identifiquem prioridades e responsabilidades.
- **Criação de Espaços de Reflexão e Ação:** Construção de espaços regulares de reflexão e ação, onde os moradores possam debater os avanços e desafios enfrentados.

O fechamento desta **Etapa 2.1** deverá ser validada por uma oficina de Sistematização, integração e socialização da revisão teórica e metodológica com as partes interessadas

4.2.1. ETAPA 2.2 - Elaboração de Manual de intervenções urbanas aplicado à redução de risco hidrológicos

O objetivo deste **Etapa 2.2** é fornecer um guia técnico abrangente para a elaboração e implementação de intervenções urbanas, aprimorando a metodologia Desenvolvimento Urbano Integrado – DUI (MCID – GIZ) que visem reduzir os riscos hidrológicos, como enchentes, inundações, enxurradas, entre outras. O manual deve ser uma ferramenta prática para gestores públicos, planejadores urbanos, engenheiros e outros profissionais envolvidos no desenvolvimento urbano, auxiliando na tomada de decisões e na implementação de soluções eficazes para a redução de riscos.

O manual, minimamente, deverá ser estruturado pelos seguintes itens:

- **Introdução:** Contextualização dos riscos hidrológicos no Brasil; Apresentação dos principais conceitos e princípios de intervenções urbanas para redução de riscos; Importância do planejamento integrado e da participação social.
- **Identificação e Mapeamento de Áreas de Risco:** Metodologias e ferramentas disponíveis no Brasil para identificação e mapeamento de áreas suscetíveis a riscos hidrológicos; Análise da vulnerabilidade socioambiental das áreas de risco.
- **Estratégias e Soluções de Intervenção urbanística:** i) Medidas estruturais – demandas específicas de drenagem urbana sustentável (bacias de retenção, jardins de chuva, pavimentos permeáveis); Obras de controle de cheias e inundações (diques, barragens, reservatórios); e ii) Medidas não estruturais-Regulamentação do uso e ocupação do solo em áreas de risco; Programas de educação e conscientização ambiental.

- **Soluções baseadas na natureza (SbN):** mapeamento de Serviços ecossistêmicos potencialmente úteis à ampliação da resiliência urbana; Recuperação e proteção de áreas de preservação permanente (APPs); Criação de parques e áreas verdes para infiltração da água e controle de escoamento; Restauração de rios e córregos para aumentar a capacidade de vazão e reduzir o risco de inundações, entre outros.
- **Planejamento e Implementação de Intervenções urbanas integradas:** Elaboração de projetos executivos e detalhamento técnico das intervenções; Etapas de implementação, incluindo cronograma, orçamento e gestão de recursos.
- **Participação Social e Comunicação:** Estratégias para envolver a comunidade no planejamento e na implementação das intervenções; Comunicação de riscos e informações sobre as intervenções para a população; Criação de canais de diálogo e participação social.
- **Estudos de Caso:** Apresentação de exemplos de intervenções urbanas bem-sucedidas na redução de riscos hidrológicos em diferentes contextos urbanos; Análise dos resultados e lições aprendidas com cada caso.
- **Referências e Bibliografia:** Lista de referências bibliográficas, documentos técnicos e outras fontes de informação relevantes para o tema.

4.2.2. ETAPA 2.3 - Implementação de pilotos e ajustes dos manuais.

Ao fim da proposição da metodologia do **Manual de intervenções urbanas aplicado à redução de risco hidrológicos**, deverá ser desenvolvida esta etapa de trabalho com a finalidade de implementar e testar os manuais em municípios pilotos (ao total serão seis municípios). A **Etapa 2.3** tem por objetivo testar e validar os manuais elaborados (Manual de Intervenções Urbanas e Manual de Planejamento Urbano Aplicado à Redução de Risco Hidrológico) em cenários reais, buscando aprimorar sua aplicabilidade e efetividade na redução de riscos hidrológicos em diferentes contextos municipais.

Para consecução desta **Etapa 2.3**, deverão ser implementados:

- **Capacitação de técnicos e gestores municipais:** Deverão ser realizadas oficinas de capacitação com gestores e técnicos municipais dos municípios selecionados, abordando os conceitos, metodologias e ferramentas apresentadas nos manuais.
- **Implantação dos Manuais:** Os Municípios deverão ser apoiados na aplicação dos manuais em projetos e intervenções urbanas voltadas para a redução de riscos hidrológicos, como a elaboração de planos urbanísticos, projetos de intervenção urbana, planos urbanísticos de segurança das *lifelines*, incluindo a incorporação de SbB e AbE; Acompanhar e monitorar a implementação dos projetos piloto, registrando os desafios, as lições aprendidas e os resultados alcançados.
- **Coleta de Feedback e Avaliação:** Realizar entrevistas, grupos focais e pesquisas com os gestores, técnicos e moradores dos municípios pilotos para coletar feedback sobre a aplicabilidade, a utilidade e a efetividade dos manuais; avaliar os resultados potenciais dos projetos piloto em termos de redução de riscos, melhoria da infraestrutura urbana e aumento da resiliência das comunidades; identificar os pontos fortes e fracos dos manuais e as necessidades de ajustes e aprimoramentos.
- **Ajustes e Aprimoramento dos Manuais:** Revisar e atualizar os manuais com base no feedback dos usuários e nos resultados dos projetos piloto; incorporar as lições aprendidas e as boas práticas identificadas durante a implementação dos projetos; produzir versões finais dos manuais, com linguagem clara e acessível.

Ao fim da proposição da metodologia do **Manual de intervenções urbanas aplicado à redução de risco hidrológicos e da implementação dos pilotos**, deverá ser realizada uma oficina de trabalho, com o objetivo de apresentar a versão final dos manuais visando coletar as sugestões e críticas do Grupo Gestor do projeto, do Grupo de Acompanhamento e demais convidados do Ministério das Cidades.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

A Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano do Ministério das Cidades (SNDUM/MCidades) tem a competência de formular e acompanhar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), de forma integrada com as políticas urbanas setoriais. A SNDUM é a gestora do Programa Cidades Melhores, que tem o objetivo geral de redução de desigualdades socioterritoriais, mediante o desenvolvimento urbano integrado, democrático, acessível, inclusivo e sustentável. O Programa é implementado

por meio da execução de intervenções urbanísticas integradas, que buscam a qualificação de áreas degradadas e subutilizadas, e o combate ao esvaziamento populacional e econômico, com vistas a garantir o pleno atendimento da função social da cidade e da propriedade urbana.

O Ministério das Cidades, em especial a SNDUM, responsável por promover as ações de planejamento urbano e intervenções urbanas integradas e o desenvolvimento urbano sustentável, enfrenta desafios crescentes em relação à precariedade, degradação e vulnerabilidade de diversos espaços urbanos em todo o país. Essa situação se agrava em momentos de desastres naturais, como os recentes eventos no Rio Grande do Sul, que evidenciaram a necessidade urgente de desenvolver e implementar estratégias de planejamento urbano e intervenções capazes de mitigar os impactos de desastres hidrológicos e promover a resiliência das cidades.

Diante desse cenário, o Ministério das Cidades busca fortalecer sua capacidade de atuação nesses espaços, investindo em projetos e estratégias que priorizem a proteção de infraestruturas críticas, como sistemas de abastecimento de água, energia, transporte e comunicação, essenciais para o bem-estar e a segurança da população em emergências. Essa abordagem, visa garantir a continuidade dos serviços básicos e a rápida recuperação das áreas afetadas, minimizando os impactos sociais e econômicos dos desastres.

Para alcançar esse objetivo, o Ministério das Cidades propõe a descentralização orçamentária para a Fiocruz, instituição com reconhecida expertise em saúde pública, pesquisa e desenvolvimento tecnológico. A Fiocruz possui a capacidade técnica e científica para desenvolver e implementar projetos inovadores e eficazes, que integrem a abordagem de redução de riscos ao planejamento urbano e às intervenções em áreas de risco. A instituição conta com equipes multidisciplinares com experiência em estudos sobre os impactos de desastres na saúde da população e no ambiente urbano, além de expertise em planejamento urbano e desenvolvimento de tecnologias sociais.

A descentralização de recursos para a Fiocruz permitirá a criação de um núcleo de pesquisa e desenvolvimento voltado para a resiliência urbana, com foco em:

- Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e soluções inovadoras para a prevenção e mitigação de riscos em áreas urbanas vulneráveis a desastres hidrológicos.
- Elaboração de projetos e planos de intervenção urbana resilientes, incluindo a abordagem "*lifeline*", que priorizem a proteção de infraestruturas críticas e a garantia dos serviços essenciais à população.
- Capacitação de gestores públicos e profissionais de planejamento urbano em resiliência a desastres, por meio de cursos, workshops e outras atividades de formação.
- Assessoria técnica a municípios e estados na implementação de projetos e políticas de resiliência urbana, incluindo o desenvolvimento de planos de contingência e a criação de sistemas de alerta e monitoramento de riscos.

Com o avanço da execução da Meta 1, evidenciou-se, adicionalmente, a necessidade de reforçar o fortalecimento da Plataforma ReDUS, elemento estruturante para assegurar a integração, continuidade e efetividade dos resultados alcançados. O aprimoramento dessa Plataforma é crucial para intensificar os processos de capacitação, ampliar o intercâmbio de conhecimento e aprimorar a sistematização de práticas de desenvolvimento urbano sustentável, assegurando o adequado funcionamento da Rede de Desenvolvimento Urbano Sustentável (ReDUS).

A Plataforma se configura como instrumento estratégico para a sistematização, monitoramento contínuo e disseminação ampliada de informações, produtos e resultados do projeto. Seu fortalecimento é fundamental para garantir sustentabilidade técnica, institucional e operacional das ações, bem como para apoiar a replicabilidade e a expansão de metodologias e práticas de planejamento urbano integrado e de redução de riscos em diversos contextos territoriais.

Diante do exposto, a inclusão dessas ações no Termo Aditivo justifica-se pela necessidade de consolidar experiências exitosas, ampliar o alcance das boas práticas, fortalecer capacidades institucionais e assegurar que os avanços obtidos se desdobrem em impactos duradouros para as políticas urbanas e para a resiliência das cidades brasileiras.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

(X) Sim

() Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

() Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(X) Sim

() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1. ISS – Imposto sobre serviços – **R\$ 87.556,49** (2%)

2. Despesa Operacional Administrativa (DOA FIOTEC) – **R\$ 365.832,23**- que remete ao valor aproximado de 8,36%

Observação:

1) O pagamento de despesas relativas a custos indiretos está limitado a vinte por cento do valor global pactuado, podendo ser

excepcionalmente ampliado pela unidade descentralizadora, nos casos em que custos indiretos superiores sejam imprescindíveis para

a execução do objeto, mediante justificativa da unidade descentralizada e aprovação da unidade descentralizadora.

2) Na hipótese de execução por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes

federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20

de dezembro de 1994, a proporcionalidade e as vedações referentes aos tipos e percentuais de custos indiretos observarão a legislação

aplicável a cada tipo de ajuste.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1	Estruturar de Governança do projeto	Und.	1	R\$1.180.584,92	R\$ 1.180.584,92	01/25	12/26
PRODUTO	Estruturação da governança, composto pela Instituição das equipes de trabalho, pela seleção de municípios e pela definição	Und.	1	R\$ 498.987,33	R\$ 498.987,33	01/25	12/26

	do arranjo de gestão do projeto						
PRODUTO	Oficina de lançamento do projeto	Und.	1	R\$ 149.470,06	R\$ 149.470,06	04/25	04/25
PRODUTO	Manutenção, atualização e integração da Plataforma REDUS	Und.	1	R\$ 532.127,53	R\$ 532.127,53	12/25	10/26
META 2	Desenvolver e aprimorar as metodologias de planejamento e intervenções urbanas integradas voltadas para redução de riscos	Und.	1	R\$ 3.197.239,42	R\$ 3.197.239,42	01/25	12/26
PRODUTO	Revisão teórica e metodológica da temática do planejamento urbano voltado para redução de risco	Und.	1	R\$ 547.501,96	R\$ 547.501,96	01/25	03/25
PRODUTO	Elaboração do Manual de intervenções urbanas aplicado à redução de riscos higrológicos	Und.	1	R\$ 529.737,15	R\$ 529.737,15	06/25	12/25
PRODUTO	Implementação de pilotos e ajuste dos manuais	Und.	1	R\$ 2.120.000,31	R\$ 2.120.000,31	01/26	12/26

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Dezembro/2024	R\$ 1.386.839,40

Junho/2025		R\$ 1.464.173,78
Dezembro/2025		R\$ 532.127,53
Maio/2026		R\$ 994.683,63
11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD		
CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39 - Serviços de terceiros pessoa jurídica	Não	R\$ 3.924.435,62
33.90.39 - Serviços de terceiros pessoa jurídica	Sim	R\$ 453.388,72
TOTAL		R\$ 4.377.824,34
12. PROPOSIÇÃO		
Brasília/DF, data da assinatura Carlos Roberto Queiroz Tomé Junior Secretário Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano do Ministério das Cidades - SNDUM/MCidades		
13. APROVAÇÃO		
Brasília/DF, data da assinatura Mario Santos Moreira Presidente da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ		



Documento assinado eletronicamente por **MARIO SANTOS MOREIRA, Usuário Externo**, em 22/12/2025, às 11:25, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Roberto Queiroz Tome Junior, Secretário Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano**, em 23/12/2025, às 14:39, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6351786** e o código CRC **7BF458AB**.